



Caçapava, 15 de outubro de 2026.

Câmara Municipal de Caçapava

Recebido em: 16 / 10 / 26

Hora: 15:37



Assinatura

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.”

Autenticar documento em <https://camapapel.camaracacapava.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 350031003100340000A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

Nesse sentido, destacam-se a Lei nº 5.826, de 7 de maio de 2021, que dispõe sobre a afixação de cartaz informativo nos serviços públicos do Município de Caçapava; a Lei nº 6.040, de 11 de abril de 2023, que obriga bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco; e a Lei nº 6.264, de 21 de maio de 2025, que dispõe sobre medidas de prevenção e apoio à mulher vítima de assédio ou importunação sexual em academias e estabelecimentos afins.

Observa-se, portanto, que o ordenamento jurídico municipal já contempla instrumentos destinados à proteção das mulheres, inclusive no que se refere aos bares, restaurantes e casas noturnas, público-alvo da proposição em análise. Nesse contexto, a criação de novo selo, com exigências relacionadas à divulgação de canais de denúncia, à orientação do público e à preparação de equipes, pode acarretar sobreposição de disposições normativas, recomendando-se a preservação da coerência e da sistematização da legislação municipal vigente.

Ainda, do ponto de vista material do presente projeto, a certificação pretendida pressupõe a definição de procedimentos administrativos para recebimento de solicitações, avaliação dos requisitos, eventual inspeção ou verificação documental, concessão do selo, renovação e acompanhamento dos estabelecimentos participantes.

O projeto, contudo, não identifica com clareza o órgão municipal responsável pela operacionalização do programa, tampouco delimita os procedimentos administrativos necessários à execução e ao controle da certificação.

Caso a implementação da medida implique a atribuição de novas competências específicas a órgãos municipais, com interferência na organização e no funcionamento da Administração Pública, deverá ser observada a reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, na forma das disposições constitucionais e orgânicas aplicáveis.

A objeção não decorre simplesmente da possibilidade de geração de despesas públicas, mas da necessidade de verificar se o modelo proposto interfere em matéria administrativa reservada ao Executivo.

No que tange aos aspectos materiais, o art. 2º do Autógrafo estabelece que serão certificados os estabelecimentos que tenham afixado, nos sanitários femininos, placas informativas sobre o Disque Denúncia 180, disponibilizado canais de denúncia por QR Code e contado com equipes preparadas.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP
CEP: 12.280-050 / Tel. (12) 3654-6656 - atl2@cacapava.sp.gov.br



Autenticar documento em <https://camapapel.camaracacapava.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 350031003100340035000005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

Embora tais medidas possam contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência, o texto não esclarece o conteúdo mínimo dos requisitos exigidos para a certificação.

A expressão “equipes preparadas”, por exemplo, não indica qual capacitação será considerada suficiente, qual conteúdo deverá ser ministrado, qual será a periodicidade de eventual treinamento ou como se comprovará a preparação dos funcionários.

Da mesma forma, a referência à disponibilização de “todos os canais de denúncia com QR Codes” não individualiza os canais abrangidos, não estabelece critérios de atualização dos códigos e não esclarece como será garantida a confiabilidade dos destinos eletrônicos disponibilizados ao público.

A ausência de parâmetros objetivos compromete a uniformidade na avaliação dos estabelecimentos e pode resultar em tratamentos distintos para situações equivalentes, além de dificultar a fiscalização e a aferição da efetividade da política pública.

A certificação pública deve estar amparada em critérios verificáveis, previamente conhecidos e aplicáveis de maneira uniforme, sob pena de fragilizar a credibilidade do instrumento instituído.

Por todos as razões expostas acima, sou compelido a **vetar totalmente o Projeto de Lei nº 55/2026**, com fulcro no artigo 47 da Lei Orgânica do Município, em simetria com o § 1º do artigo 66 da Constituição Federal, o qual submeto à elevada apreciação pelo E. Plenário dessa Colenda Casa de Leis.

Respeitosamente, **YAN LOPES DE ALMEIDA:46153491812**
Assinado de forma digital por YAN LOPES DE ALMEIDA:46153491812
Dados: 2026.10.16 12:27:15 -03'00'

Dr. YAN LOPES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP
CEP: 12.280-050 / Tel. (12) 3654-6656 - atl2@cacapava.sp.gov.br



Autenticar documento em <https://camara.braser.papel.camaracacapava.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 3500310031003400320068A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.